

2022

Diretrizes de Políticas Públicas para 2023

Elementos para uma Estratégia de Retomada do Crescimento Sustentável e Inclusão Social

Coordenador do Núcleo

| Program Coordinator

ANDRÉ LARA RESENDE

Public Policy Guidelines for 2023
Elements for a Strategy for Resuming
Sustainable Growth and Social Inclusion

NÚCLEO
ECONOMIA
POLÍTICA

POLITICAL ECONOMY PROGRAM

 POLICY
PAPERS

CEBRI 
POLICY
PAPERS

Apoio | Partnership

 **KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG**

 **FIESP**



As políticas macroeconômicas monetária e fiscal não são independentes e devem ser coordenadas. O principal instrumento da política monetária hoje é a taxa básica de juros sobre as reservas bancárias, que é o balizador de toda a estrutura a termo das taxas da dívida pública. A alta de juros atua como inibidor das pressões de demanda, um efeito monetário contracionista, mas eleva o serviço da dívida e as despesas financeiras do governo, um efeito fiscal expansionista. Sobretudo quando associada a um aumento do déficit primário do governo, a um aumento das despesas não financeiras, a elevação da taxa básica pode ser contraproducente, pois desacelera a economia e simultaneamente eleva a despesa financeira do governo. O resultado é a elevação da dívida em relação ao PIB e o agravamento da impressão de descontrole das contas públicas.

Nesse sentido, consistência macroeconômica significa que diante de um sobreaquecimento da economia, de déficit no balanço de pagamentos e pressões inflacionárias, as políticas macroeconômicas precisam ser coordenadas.



“Monetary and fiscal macroeconomic policies are not independent and must be coordinated. The main instrument of monetary policy today is the basic interest rate on bank reserves, which is the benchmark for the entire term structure of public debt rates. Higher interest rates act as an inhibitor of demand pressures, a contractionary monetary effect, but raise debt service and government financial spending, an expansionary fiscal effect. Especially when coupled with an increase in the government’s primary deficit, an increase in non-financial expenditures, a rise in interest rates can be counterproductive, as it slows the economy and simultaneously increases the government’s financial spending. The result is an increase in debt in relation to GDP and a worsening of the impression that public accounts are out of control.

In this sense, macroeconomic consistency means that when faced with an overheating economy, balance of payments deficits, and inflationary pressures, macroeconomic policies need to be coordinated.”

NÚCLEO ECONOMIA POLÍTICA CEBRI

O NÚCLEO TRATA DE TEMAS ECONÔMICOS NUMA PERSPETIVA GLOBAL E INTERDISCIPLINAR, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL. O FOCO É DISCUTIR ALTERNATIVAS INSTITUCIONAIS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O BRASIL À LUZ DAS NOVAS QUESTÕES POSTAS À TEORIA ECONÔMICA CONVENCIONAL.

CEBRI POLITICAL ECONOMY PROGRAM

THE PROGRAM ANALYZES ECONOMIC ISSUES FROM A GLOBAL AND INTERDISCIPLINARY PERSPECTIVE, TAKING INTO CONSIDERATION THE POLITICAL-INSTITUTIONAL CONTEXT. THE FOCUS IS TO DISCUSS INSTITUTIONAL AND PUBLIC POLICY ALTERNATIVES FOR BRAZIL IN THE LIGHT OF NEW QUESTIONS POSED TO CONVENTIONAL ECONOMIC THEORY.

Especialistas | Experts

ANDRÉ LARA RESENDE

Conselheiro do CEBRI
| Trustee at CEBRI

ARMANDO MARIANTE

Conselheiro do CEBRI
| Trustee at CEBRI

LEONARDO BURLAMAQUI

Senior Fellow do CEBRI
| Senior Fellow do CEBRI

IGOR ROCHA

Senior Fellow do CEBRI
| Senior Fellow at CEBRI

ADRIANO PROENÇA

Senior Fellow do CEBRI
| Senior Fellow at CEBRI

ROGÉRIO STUDART

Senior Fellow do CEBRI
| Senior Fellow at CEBRI

ERNANI TORRES

Pesquisador Sênior do CEBRI
| Senior Researcher at CEBRI

GABRIEL GALÍPOLO

Pesquisador Sênior do CEBRI
| Senior Researcher at CEBRI

SIMONE DEOS

Pesquisadora Sênior do CEBRI
| Senior Researcher at CEBRI

MARINA LIUZZI

Pesquisadora Sênior do CEBRI
| Senior Researcher at CEBRI

2022

NÚCLEO
ECONOMIA
POLÍTICA

POLITICAL ECONOMY PROGRAM

ESSE TEXTO TEM COMO OBJETIVO CONTRIBUIR PARA AS DISCUSSÕES, E PROPOSTAS, COORDENADAS PELO NÚCLEO ECONOMIA POLÍTICA DO CEBRI, SOB A RUBRICA “SUGESTÕES DE DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS 2023”.

THIS TEXT AIMS TO CONTRIBUTE TO THE DISCUSSIONS AND PROPOSALS COORDINATED BY CEBRI'S POLITICAL ECONOMY PROGRAM UNDER THE HEADING “SUGGESTIONS OF PUBLIC POLICY GUIDELINES 2023”.

AS OPINIÕES E MANIFESTAÇÕES EXPRESSAS NESTE POLICY PAPER REPRESENTAM EXCLUSIVAMENTE AS OPINIÕES DOS SEUS AUTORES E NÃO, NECESSARIAMENTE, A POSIÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (CEBRI), DOS SEUS INTEGRANTES OU DOS SEUS APOIADORES.

THE OPINIONS AND STATEMENTS EXPRESSED IN THIS POLICY PAPER ARE THOSE OF THE CONTRIBUTING AUTHORS ALONE AND DO NOT NECESSARILY REFLECT THE VIEWS AND POSITIONS OF THE BRAZILIAN CENTER FOR INTERNATIONAL RELATIONS (CEBRI), ITS MEMBERS OR ITS SUPPORTERS.

SUMÁRIO | SUMMARY

INTRODUÇÃO	5
CONSISTÊNCIA MACROECONÔMICA	7
INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO	9
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	11
POLÍTICA MONETÁRIA	13
POLÍTICA FISCAL	15
REFORMA TRIBUTÁRIA	16
GARANTIA DE TRABALHO E REEDUCAÇÃO PROFISSIONAL	18
REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DO SETOR PÚBLICO	20
CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE DIGITAL ÚNICA	21
CRIAÇÃO DE UMA MOEDA DIGITAL COM DEPÓSITOS REMUNERADOS NO BANCO CENTRAL	23
CONCLUSÃO	25

INTRODUCTION	27
MACROECONOMIC CONSISTENCY	29
PUBLIC AND PRIVATE INVESTMENT	31
INVESTMENT FINANCING	33
MONETARY POLICY	35
FISCAL POLICY	37
TAX REFORM	38
JOB SECURITY AND PROFESSIONAL RE-EDUCATION	40
ORGANIZATIONAL RESTRUCTURING OF THE PUBLIC SECTOR	42
CREATION OF A SINGLE DIGITAL IDENTITY	43
CREATION OF A CENTRAL BANK DIGITAL CURRENCY WITH REMUNERATED DEPOSITS	45
CONCLUSION	47

Diretrizes de Políticas Públicas para 2023

Elementos para uma Estratégia de Retomada do Crescimento Sustentável e Inclusão Social

INTRODUÇÃO

Uma proposta de políticas públicas para a próxima década, cujo objetivo é a formulação de uma estratégia de retomada do crescimento, sustentável e socialmente inclusiva, deve partir da constatação de que as políticas públicas são responsabilidade do Estado. Sem governo e Estado competentes não há como formular e implementar políticas públicas.

Nas últimas quatro décadas, cristalizou-se entre uma parcela expressiva dos analistas, e amplamente dominante na mídia, a noção de que o Estado é exclusivamente um ônus para a sociedade. A caracterização do Estado como oneroso e estruturalmente incompetente, o governo e seus ocupantes irremediavelmente capturados por interesses patrimonialistas e corporativistas, levou à conclusão, mais ou menos explícita, de que o Estado precisa ser contido para que a produtividade do setor privado possa florescer e o país voltar a crescer. O Estado seria não apenas dispensável, mas também um empecilho para o desenvolvimento econômico e social.

A expressão prática da noção do Estado e seus ocupantes como apenas um peso morto, um impeditivo à produtividade e ao bem estar, é a hipervalorização da necessidade de equilíbrio fiscal. O orçamento fiscal deveria exprimir as prioridades e as escolhas da sociedade com base num projeto de desenvolvimento democrático. O debate orçamentário, no Brasil de hoje, resume-se à disputa entre os interesses patrimonialistas pela expansão das despesas e os ideólogos do equilíbrio fiscal a todo custo.

O papel do Estado e a busca de parcerias internacionais estratégicas tornam-se ainda mais relevantes no atual cenário internacional, marcado por grandes mudanças geopolíticas. Mudanças que irão provocar importantes deslocamentos internacionais das cadeias produtivas e a necessidade de revisão das alianças estratégicas, o que abre desafios e oportunidades para a reinserção competitiva do Brasil.

É preciso ter claro que não existe sociedade organizada, economia de mercado capitalista sem Estado. A economia e a sociedade refletem o Estado, assim como o Estado é a expressão da sociedade. O Estado perdulário e incompetente desorganiza a economia, mas a solução não é asfixiá-lo, pois asfixiar o Estado é asfixiar a economia. O objetivo e o desafio é tornar o Estado eficiente, a sua governança democrática e competente.

Economia e política são indissociáveis. As questões aqui tratadas são, portanto, tanto econômicas quanto políticas.

CONSISTÊNCIA MACROECONÔMICA

As políticas macroeconômicas monetária e fiscal não são independentes e devem ser coordenadas. O principal instrumento da política monetária hoje é a taxa básica de juros sobre as reservas bancárias, que é o balizador de toda a estrutura a termo das taxas da dívida pública. A alta de juros atua como inibidor das pressões de demanda, um efeito monetário contracionista, mas eleva o serviço da dívida e as despesas financeiras do governo, um efeito fiscal expansionista. Sobretudo quando associada a um aumento do déficit primário do governo, a um aumento das despesas não financeiras, a elevação da taxa básica pode ser contraproducente, pois desacelera a economia e simultaneamente eleva a despesa financeira do governo. O resultado é a elevação da dívida em relação ao PIB e o agravamento da impressão de descontrole das contas públicas.

Nesse sentido, consistência macroeconômica significa que diante de um sobreaquecimento da economia, de déficit no balanço de pagamentos e pressões inflacionárias, as políticas macroeconômicas precisam ser coordenadas. Tanto a política fiscal, quanto a política de juros devem ser contracionistas. Da mesma forma, diante de uma virada recessiva, a política fiscal deve ser expansionista para não sobrecarregar a tarefa da política monetária, obrigando o Banco Central a reduzir excessivamente a taxa básica. Juros excepcionalmente baixos por um período prolongado provocam inflação de ativos financeiros e outras distorções associadas ao juro real negativo.

Proposta: A coordenação das políticas monetária e fiscal deve ser conduzida por um comitê conjunto de políticas monetária e fiscal, à semelhança do atual Copom do Banco Central. Esse novo órgão técnico, deve ser o responsável pela implementação das políticas monetária e fiscal. Tanto a trajetória da taxa básica de juros, quanto a velocidade de implementação de um plano plurianual de investimentos públicos seriam coordenadamente decididos e anunciados por esse novo Copom, composto por diretores do BC e do BNDES, redefinido como comitê de políticas macroeconômicas.

A decisão sobre os investimentos públicos e públicos-privados seria dissociada da questão orçamentária anual, consequentemente excluída do teto dos gastos, e transferida para um orçamento plurianual, idealmente quinquenal para não coincidir com os mandatos do executivo. A programação de longo prazo estaria a cargo de um órgão técnico de planejamento e a velocidade de sua implementação submetida à avaliação do novo comitê de políticas macroeconômicas.

INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO

Os investimentos públicos exigem programação cuidadosa de acordo com um projeto de longo prazo. Num primeiro momento devem ser balizados pela retomada imediata do crescimento econômico e redução do desemprego. Os investimentos dos próximos anos devem estar concentrados setores de maior impacto sobre o emprego e o bem estar, como saneamento, habitação popular e mobilidade urbana. O objetivo é deflagrar um novo ciclo de desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável a partir da definição de metas ambiciosas para a saúde, a educação, a pesquisa e desenvolvimento e a descarbonização energética.

Proposta: Os investimentos em energias renováveis devem ser acelerados. A eólica, que hoje já representa 10% da capacidade nacional; a solar, hoje apenas 2% da oferta, mas em rápido crescimento; assim como as térmicas baseadas em biomassa e biogás, devem ser estimuladas através de visão e planejamento estratégico integrados, ambiente regulatório construtivo, pesquisa e inovação. A questão ambiental e a escassez da água no mundo limitam a possibilidade de expansão significativa das hidroelétricas. Enquanto não houver tecnologia efetivamente segura, a energia nuclear continuará a ser questionada.

No tocante à mobilidade urbana, o planejamento de longo prazo deve contemplar as diversas soluções tecnológicas em curso, levando em conta as atuais vantagens competitivas do país, no-

tadamente na produção de biocombustíveis, sem criar barreiras para a participação da indústria brasileira nas cadeias globais de veículos elétricos. Criar as condições adequadas para investimentos em soluções de baixo carbono pressupõe ter diversas opções tecnológicas, em linha com as inovações internacionais em curso.

A formulação e divulgação de um programa de longo prazo permitirá a mobilização de esforços públicos e privados para garantir os investimentos necessários para a reversão do processo de desindustrialização prematura da economia. É fundamental renovar a indústria nacional, através de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e absorção de tecnologia de ponta, para torná-la internacionalmente competitiva. Uma indústria de alta produtividade, à semelhança do que é hoje o setor agrário do país, é condição para que a aceleração do crescimento não venha provocar desequilíbrio nas contas externas e forçar a interrupção de um novo ciclo de desenvolvimento.

O delineamento de uma política de competitividade com perspectiva estratégica de longo prazo permitirá articular os eixos da renovação e da reinserção internacional competitiva da indústria com uma política de inovação, ciência e tecnologia. A identificação de oportunidades e a capacitações, através de um processo interativo entre governo, empresas e sociedade, indicará as demandas e as carências específicas. Permitirá traçar caminhos para políticas bem sucedidas, tanto voltadas para avanços incrementais na incorporação de tecnologias, quanto voltadas para a criação de iniciativas de risco transformadoras. Assegurar o processo de aprendizado coletivo, e de incorporação pelas empresas, das estratégias de inovação é fundamental para garantir a competitividade a longo prazo.

FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

No mundo contemporâneo, com os mercados de capitais tão desenvolvidos, todo investimento rentável tem alta probabilidade de garantir os recursos necessários para o seu financiamento. Os principais desafios de um programa de investimentos estão na sua formulação e execução competentes, o que implica definir com clareza as atividades e os setores prioritários. Uma estratégia de longo prazo de investimentos coordenados é condição para a retomada do crescimento.

Uma parte expressiva dos investimentos públicos são serviços que não têm retornos que os viabilizem financeiramente. São “bens públicos” ou semipúblicos que não podem ser tarifados ou que exigem alguma forma de subsídio na cobrança pelo serviço.

Ainda que não sejam financeiramente rentáveis, se os investimentos públicos tiverem retorno de produtividade e bem estar; se garantirem uma taxa de crescimento da economia superior ao custo da dívida, podem ser financiados pelo crédito público. Não há risco de levar a uma trajetória insustentável da relação dívida/PIB. De toda forma, é melhor, tanto para a governança dos projetos, quanto para manter sob controle o custo de operação do Estado, que os investimentos em serviços de interesse social, sejam realizados e administrados por empresas privadas contratadas pela administração pública. A contratação de parcerias público-privadas (PPPs) prevê concessões nas quais é possível usar recursos públicos para garantir a rentabilidade

das PPPs nas quais apenas a cobrança de tarifas dos usuários pode não ser financeiramente viável.

No Brasil, o mercado de crédito corporativo de longo prazo, a despeito de ter tido um rápido crescimento nos últimos anos, ainda está em consolidação. Sua capacidade de financiar um aumento significativo dos investimentos de longo prazo ainda é questionável. Por isso, novos mecanismos de direcionamento e garantias de crédito, associados aos objetivos de uma política de competitividade, precisam ser criados.

Proposta: Com o objetivo de direcionar financiamentos para o novo programa de investimentos, deve-se criar um fundo garantidor capitalizado pelo Tesouro. Sua capitalização seria feita primordialmente através do aporte dos títulos do Tesouro na carteira do Banco Central, hoje equivalente a aproximadamente 20% do PIB, e com recursos das amortizações dos empréstimos concedidos pelo Tesouro ao BNDES. O fundo atuaria exclusivamente na concessão de garantias, compra de créditos subordinados, participações acionárias minoritárias. Sua atuação visaria alavancar recursos do mercado financeiro para os projetos de investimentos públicos do programa de desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade ambiental.

As garantias são importantes para a viabilização dos investimentos das entidades subnacionais, estados e municípios, para as quais o risco de crédito pode inviabilizar o acesso ao mercado financeiro. Os títulos do Tesouro não têm risco de crédito porque o país tem moeda fiduciária. É necessário que possam ser utilizados como garantias para os projetos de investimentos dos estados e municípios. Dentro do programa nacional de investimentos, as decisões específicas sobre investimentos regionais devem ser relativamente descentralizadas, mas podem só se viabilizar com as garantias dos títulos do Tesouro.

POLÍTICA MONETÁRIA

Política monetária hoje é sobretudo a política de juros. A taxa básica sobre as reservas bancárias é o principal instrumento do BC. O BC deveria referenciar toda a estrutura a termo da taxa de juros, ou seja, as taxas para os diferentes prazos da dívida pública, como passou a fazer recentemente o Banco do Japão. Ao fazê-lo, o mercado deixará de ditar as taxas para os prazos mais longos e passará alternativamente a determinar o prazo médio da dívida. O prazo da dívida é irrelevante, dado que o BC, emissor de uma moeda fiduciária, não tem problema de rolagem da dívida. Já a estrutura a termo das taxas da dívida é importante balizador de toda a estrutura de juros e do custo do crédito na economia. O seu controle dá ao BC um instrumento muito mais poderoso do que a mera taxa básica de *overnight* das reservas.

Proposta: O controle da estrutura a termo das taxas da dívida deveria ser complementado com o controle macroeconômico e setorial do crédito. O controle “macroprudencial” do crédito tem como objetivo evitar as bolhas de euforia especulativas seguidas de crash financeiro que caracterizam os sistemas de delegação incontrolada do crédito ao sistema financeiro. O direcionamento setorial pode estimular setores específicos e evitar gargalos inflacionários, sem comprometer a capilaridade e a boa avaliação do risco de crédito, que deve ficar sempre a cargo do sistema financeiro privado.

A taxa de juros média da dívida deve ser inferior à taxa de crescimento nominal do PIB, garantindo que, se não houver déficit fiscal primário, a relação dívida-PIB irá se estabilizar. Com o

efetivo controle da estrutura a termo das taxas da dívida, o BC deve assegurar e anunciar que, a médio e longo prazo, o custo da dívida não será superior à taxa de crescimento do PIB. Isso não o impede de fixar as taxas de curto prazo, quando necessário para estabilizar a economia, em níveis acima ou abaixo do crescimento potencial esperado do PIB.

POLÍTICA FISCAL

As políticas macroeconômicas, monetária e fiscal, não são independentes e devem ser coordenadas. A política fiscal deve ser pautada por uma estratégia de coordenação de investimentos com objetivos de longo prazo voltada para garantir o crescimento sustentável e a inclusão social. A qualidade dos gastos e sua subordinação a uma estratégia de desenvolvimento é o verdadeiro sentido da expressão “responsabilidade fiscal” .

Proposta: Vincular a política fiscal a uma estratégia de competitividade e desenvolvimento. Administrá-la a partir de orçamentos de capital e de custeio com regras, prioridades e limites distintos, não ao sabor de interesses corporativistas ou eleitorais, mas objetivamente definidos.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma reforma tributária articulada a uma estratégia de desenvolvimento deve ter três princípios orientadores: simplificação, equidade e estímulo à produtividade. O consenso, há mais de duas décadas, sobre a necessidade de uma reforma que simplifique e torne menos regressiva a estrutura tributária brasileira, exige uma explicação sobre a razão pela qual nunca se conseguiu implementá-la.

As questões tributárias são efetivamente complexas e envolvem sempre interesses conflitantes. A consolidação de impostos indiretos num Imposto sobre Valor Agregado (IVA), ao substituir a taxação na origem pela no destino, exige uma reavaliação da distribuição da arrecadação para compensar os estados perdedores. Exigiria adicionalmente, para evitar a perda de receita, uma alíquota alta em termos internacionais sobre os produtos industrializados e proibitivamente alta sobre os serviços. A indústria de transformação representa hoje apenas 10% do PIB e responde por quase 30% da arrecadação tributária. A correção dessa distorção é fundamental para a revitalização competitiva da indústria.

São os gastos correntes do Estado que precisam ser racionalizados e submetidos a uma permanente reavaliação. Um limite linear para a totalidade das despesas, como o do teto constitucional dos gastos, é contraproducente. Não evita a inchaço da máquina do setor público, nem é capaz de conter as despesas legais contratadas. O resultado é o estrangulamento das despesas discricionárias e do investimento, que caiu para menos de

2% do PIB, desde a imposição do teto constitucional dos gastos. Reduzido a um nível de mera reposição da depreciação da infraestrutura, a qualidade do investimento retrocedeu com a falta de planejamento e a adoção das emendas do relator como forma de financiar obras públicas. Adotado para garantir o equilíbrio das contas públicas, o teto dos gastos não foi capaz de reverter a alta das despesas correntes e o patrimonialismo dos ocupantes do Estado em suas três esferas, mas provocou o estrangulamento e a deterioração da qualidade do investimento.

Os investimentos voltados para o ganho de produtividade, dentro de um programa estratégico de longo prazo, devem ter tratamento fiscal próprio, independente das restrições impostas sobre os gastos correntes do Estado. A exclusão do orçamento corrente não dispensa os investimentos de uma avaliação técnica de custo-benefício, da exigência de contrapartidas de performance e de uma supervisão rigorosa de sua implementação e execução.

Proposta: Aceitar uma perda, transitória de arrecadação, dentro de um programa rigoroso de simplificação e racionalização do sistema tributário, instituído uma separação clara entre gastos correntes e investimentos. Os ganhos de médio e longo prazos virão sob a forma de crescimento e produtividade e deverão mais do que compensar a perda de arrecadação no curto prazo. A obsessão com o equilíbrio fiscal a curto prazo, independente das circunstâncias e a qualquer custo, é um equívoco que tem inviabilizado uma verdadeira reforma tributária. A função dos impostos é essencialmente microeconômica e alocativa. Além de financiar gastos correntes e as transferências sociais do Estado, os tributos cumprem o papel de estimular e desestimular atividades e setores específicos.

GARANTIA DE TRABALHO E REEDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Os avanços da tecnologia e das plataformas digitais são irreversíveis e não podem ser contidos sem sérias repercussões para a produtividade e a competitividade da economia. Têm, entretanto, impactos negativos expressivos, com redução e precarização do emprego, já claramente perceptíveis e que só tendem a se agravar. A agenda do Estado deverá contemplar esses impactos e administrar os efeitos desse processo de destruição criadora, hoje, em plena evolução. A garantia de emprego e o treinamento profissional recorrente – não mais apenas as transferências de rendas e os serviços do bem estar social – devem estar à frente das políticas compensatórias do século XXI.

Proposta: Criar um programa de garantia de emprego – não de emprego garantido – como alternativa ao seguro desemprego e complementar à renda mínima. Introduzido de forma experimental gradativa em parceria com o setor privado, empresas e associações patronais, com o objetivo de dar trabalho e treinamento profissionalizante para todos. Financiado, com recursos públicos como política de bem estar e educação social cujos retornos, em termos de menos distúrbios psicológicos e dissolução familiar, redução da delinquência juvenil e da criminalidade, são inquestionáveis.

Ambos devem ser explicitamente articulados às políticas de competitividade e inovação: a questão da garantia de trabalho deve

estar informada pelas prioridades da estratégia de investimento. O mesmo deve ser feito em relação à reeducação profissional, que tem que ter em conta as políticas de investimento, competitividade e inovação em curso.

O programa de garantia de emprego funciona adicionalmente como um estabilizador contracíclico do emprego e da renda.

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DO SETOR PÚBLICO

Um Estado competente é condição para retomada do desenvolvimento. Uma reestruturação organizacional do Estado, sem perder o foco na eficiência e na redução de custos, deve dar atenção à valorização do servidor, através da mobilidade entre carreiras, da exigência de treinamento periódico e de avaliações recorrentes. A verdadeira reforma administrativa não se resume ao corte de custos e do funcionalismo. Um esforço permanente de reavaliação e de simplificação de processos deve ser feito considerando-se a viabilidade de um orçamento base zero para a Lei Orçamentária Anual ao longo dos próximos anos.

Proposta: Esse processo de reorganização e racionalização do Estado deve partir de dois pilares fundamentais: a) a criação de uma identidade digital única, e b) a criação de uma moeda digital com depósitos remunerados no Banco Central.

CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE DIGITAL ÚNICA

A tecnologia viabilizou uma iniciativa relativamente simples para reduzir a burocracia, facilitar aos indivíduos e às empresas, tanto o cumprimento de suas obrigações, como o acesso aos serviços públicos. Os procedimentos burocráticos feitos on-line, através da internet, são muito mais eficientes e custam infinitamente menos. Segundo o BID, os trâmites digitais na América Latina são, hoje, em média 74% mais rápidos e custam menos de 1/20 dos trâmites presenciais. No Brasil, o esforço de digitalização está relativamente avançado. A grande parte dos trâmites podem ser iniciados on-line, mas um número expressivo deles ainda exige o comparecimento presencial. Para garantir a identificação e evitar fraudes, criam-se exigências burocráticas e a necessidade do contato pessoal.

A identificação digital única, que consolide todos os arquivos públicos de identidades - certidões de nascimento, CPF, CNPJ, título de eleitor, passaporte, etc. - é a iniciativa que simplifica o relacionamento do cidadão e das empresas com o Estado e viabiliza um amplo processo de desburocratização. É a identidade digital única que permite conectar e processar dados numa plataforma pública que se torna a coluna mestra da economia digital.

A partir da plataforma nacional de identidade digital, criam-se novos estágios de serviços digitais integrados. A assinatura digital viabiliza a emissão de documentos e substitui os cartórios

nos contratos e nas transferências de propriedades. O objetivo é simplificar e agilizar o relacionamento com o Estado, reduzindo tanto o *cost of doing business* para as empresas, quanto o tempo perdido e a satisfação para os cidadãos. Simultaneamente, o custo de operação do Estado é significativamente reduzido.

A plataforma digital pública permite a adoção de um sistema de arrecadação com débitos e créditos tributários em tempo real, com enorme simplificação e redução do tempo gasto pelas empresas com o *compliance* fiscal, hoje estimado pelo Banco Mundial em quase 1500 horas anuais. Além da racionalização e simplificação, o sistema de créditos e débitos tributários em tempo real, reduz significativamente a sonegação e a corrupção.

Essa plataforma digital pública deve estar associada à criação de uma moeda digital do Banco central e à expansão da tributação em tempo real.

CRIAÇÃO DE UMA MOEDA DIGITAL COM DEPÓSITOS REMUNERADOS NO BANCO CENTRAL

A Criação da moeda digital (*Central Bank Digital Currency*, CBDC), cujos estudos já estão avançados no Banco Central traria significativos ganhos de agilidade e eficiência na condução das políticas monetária e fiscal. Permitiria também a racionalização administrativa, tanto da arrecadação fiscal, quanto das transferências de rendas assistenciais e previdenciárias. Aumentaria ainda a agilidade e a competitividade do sistema financeiro e, por extensão, a inclusão social.

Embora sofra compreensível resistência do sistema bancário, pois reduz significativamente o seu papel no sistema de pagamentos, a moeda digital do BC é um avanço tecnológico que tem grandes vantagens e praticamente nenhuma desvantagem.

A moeda digital poderia ter liquidação e custódia centralizadas, o que seria uma extensão do atual sistema de PIX, ou poderia adotar um sistema semi-decentralizado, baseado em *Distributed Ledger Technology*, DLT, como o *Blockchain*, com o BC como administrador. A moeda digital do BC agiliza e reduz drasticamente os custos do sistema de pagamentos, abrindo espaço para políticas de elevado impacto social, a exemplo da experiência do M-Pesa no Quênia. Por esse motivo, a CBDC brasileira deveria ser introduzida como um direito social. O papel moeda, até a sua eventual extinção, ficaria reduzido a

notas e moedas de pequena denominação, o que dificulta a evasão fiscal e as atividades criminosas.

O principal instrumento de política do BC hoje é a taxa básica de juros, a taxa das reservas bancárias no BC. Esta é a taxa usada pelo BC para retirar ou emprestar reservas para o sistema bancário através de operações de compra e venda de títulos públicos, as chamadas “compromissadas”, por envolverem compra com compromisso de revenda, ou vice-versa, de títulos do Tesouro. Para executá-las, dado que hoje o BC atua sobretudo como tomador das reservas, ou seja, retira moeda de circulação, é preciso que tenha títulos do Tesouro em carteira, hoje, num valor superior a 20% do PIB. O sistema poderia ser substituído com amplas vantagens pela adoção, já aprovada em lei, de depósitos bancários voluntários remunerados à taxa básica no BC. A permissão para que instituições não bancárias e eventualmente pessoas físicas viessem a ter acesso aos depósitos remunerados no BC, deve ser estudada com cuidado, mas a adoção do sistema para os bancos comerciais, em substituição à compromissadas, não tem razão para ser adiada.

Os títulos públicos da carteira do BC, dispensados da sua função de servir de lastro para as compromissadas, poderiam ser utilizados, como sugerido acima, para capitalizar o novo fundo de investimentos públicos e privados. Não haveria assim aumento da dívida bruta do Tesouro para a capitalização do fundo de investimentos.

CONCLUSÃO

As propostas aqui expostas não são evidentemente exaustivas, mas apenas diretrizes para a superação da armadilha imposta pelo neoliberalismo fiscalista das últimas décadas, sem recair na tentação do desenvolvimentismo protecionista anacrônico do século XX. São elementos para uma estratégia de desenvolvimento, sustentável e socialmente inclusivo, bem como para a agenda internacional do país, frente à realidade do século XXI.

Public Policy Guidelines for 2023

Elements for a Strategy for Resuming Sustainable Growth and Social Inclusion

INTRODUCTION

A public policy proposal for the next decade, whose objective is the formulation of a strategy for resuming sustainable and socially inclusive growth, must start from the realization that public policies are the responsibility of the State. Therefore, there is no way to formulate and implement public policies without a competent government and State.

In the last four decades, the notion that the State is exclusively a burden to society has crystallized among a significant portion of analysts and has become widely dominant in the media. The characterization of the State as costly and structurally incompetent and of the government and its occupants as hopelessly captured by patrimonialist and corporatist interests, has led to the more or less explicit conclusion that the State needs to be contained so that private sector productivity can flourish and the country can return to growth. The State would be not only dispensable, but also a hindrance to economic and social development.

The practical expression of the notion of the State and its occupants as dead weight, an impediment to productivity and well-being, is the hyper-emphasis on the need for fiscal balance. The fiscal budget should express the priorities and choices of society based on a democratic development project. The budget debate in Brazil today is summarized in the dispute between the patrimonialist interests for the expansion of expenses and the ideologues of fiscal balance at any cost.

The role of the State and the search for strategic international partnerships become even more relevant in the current international scenario, marked by major geopolitical changes. Changes that will cause important international dislocations of production chains and the need to review strategic alliances, which open challenges and opportunities for Brazil's competitive reinsertion.

It must be clear that there is no organized society, no capitalist market economy without the State. The economy and society reflect the State, just as the State is the expression of society. The wasteful and incompetent State disorganizes the economy, but the solution is not to asphyxiate it, because to asphyxiate the State is to asphyxiate the economy. The objective and the challenge is to make the State efficient, and its governance democratic and competent.

Economics and politics are inextricably linked. The issues dealt with here are therefore both economic and political.

MACROECONOMIC CONSISTENCY

Monetary and fiscal macroeconomic policies are not independent and must be coordinated. The main instrument of monetary policy today is the basic interest rate on bank reserves, which is the benchmark for the entire yield curve of government debt rates. The interest rate hike acts as an inhibitor of demand pressures, a contractionary monetary effect, but increases the debt service and the financial expenses of the government, an expansionary fiscal effect. Especially when coupled with an increase in the government's primary deficit, an increase in non-financial expenditures, a rise in interest rates can be counterproductive, as it slows the economy and simultaneously increases the government's financial expenditures. The result is a debt increase in relation to GDP and the worsening of the impression that public accounts are out of control.

In this sense, macroeconomic consistency means that in the face of an overheating economy, balance of payments deficits, and inflationary pressures, macroeconomic policies need to be coordinated. Both fiscal policy and interest rate policy should be contractionary. Likewise, in the face of a downturn, fiscal policy should be expansionary so as not to overload the task of monetary policy, forcing the Central Bank to reduce the prime rate excessively. Exceptionally low interest rates for a prolonged period cause financial asset inflation and other distortions associated with negative real interest rates.

Proposal: The coordination of monetary and fiscal policies should be conducted by a joint committee for monetary and fiscal policies, similar to the current Copom (Monetary Policy Committee) of the Brazilian Central Bank. This new technical body should be responsible for the implementation of monetary and fiscal policies. Both the trajectory of the basic interest rate and the speed of implementation of a multi-year public investment plan would be decided and announced in a coordinated manner by this new Copom, composed of directors of the Central Bank and the BNDES (National Development Bank), redefined as a committee of macroeconomic policies.

The decision on public and public-private investments would be dissociated from the annual budget issue, consequently excluded from the spending cap, and transferred to a multi-year budget, ideally five-year, so as not to coincide with the terms of office of the executive branch. Long-term planning would be the responsibility of a technical planning body, and the speed of its implementation would be subject to the evaluation of the new macroeconomic policy committee.

PUBLIC AND PRIVATE INVESTMENT

Public investments require careful planning according to a long-term project. At first, they must be guided by the immediate resumption of economic growth and reduction of unemployment. Investments in the coming years must be concentrated on sectors with the greatest impact on employment and welfare, such as sanitation, popular housing and urban mobility. The goal is to trigger a new cycle of socially inclusive and environmentally sustainable development by defining ambitious goals for health, education, research and development, and energy decarbonization.

Proposal: Investments in renewable energy should be accelerated. Wind, which today already represents 10% of national capacity, solar, today only 2% of supply, but growing rapidly, as well as thermal plants based on biomass and biogas, should be stimulated through integrated vision and strategic planning, constructive regulatory environment, research and innovation. The environmental issue and the scarcity of water in the world limit the possibility of significant expansion of hydroelectric power. As long as there is no effectively safe technology, nuclear energy will continue to be questioned.

Regarding urban mobility, the long-term planning must contemplate the various technological solutions in progress, taking into account the country's current competitive advantages, notably in the production of biofuels, without creating bar-

riers for the Brazilian industry's participation in the global chains of electric vehicles. Creating the appropriate conditions for investments in low carbon solutions presupposes having several technological options, in line with ongoing international innovations.

The formulation and disclosure of a long-term program will allow the mobilization of public and private efforts to guarantee the investments necessary to reverse the process of premature deindustrialization of the economy. It is essential to renew the national industry through investments in research, development and absorption of state-of-the-art technology, to make it internationally competitive. A highly productive industry, similar to what the country's agricultural sector is today, is a condition for the acceleration of growth not to cause unbalance in the external accounts and force the interruption of a new development cycle.

The design of a competitiveness policy with a long-term strategic perspective will make it possible to articulate the pivots of renewal and of competitive international reinsertion of the industry with a policy of innovation, science and technology. The identification of opportunities and capabilities, through an interactive process between government, companies and society, will indicate the specific demands and needs. It will allow the tracing of paths for successful policies, both for incremental advances in the incorporation of technologies, and for the creation of transformative risk initiatives. Ensuring the collective learning process and the incorporation of innovation strategies by companies is fundamental to ensure long-term competitiveness.

INVESTMENT FINANCING

In today's world, with developed capital markets, every profitable investment has a high probability of securing the resources necessary for its financing. The main challenges of an investment program are in its competent formulation and execution, which implies clearly defining the priority activities and sectors. A long-term strategy of coordinated investments is a condition for resumed growth.

A significant part of public investments are services that lack the returns that make them financially viable. They are “public goods” or semi-public goods that cannot be priced or that require some form of subsidy in the charging for the service.

Even considering that they are not financially profitable, if public investments have a return in productivity and welfare; if they guarantee a growth rate in the economy higher than the cost of the debt, they can be financed by public credit. There is no risk of leading to an unsustainable trajectory of the debt/GDP ratio. In any case, it is better, both for the governance of the projects and to keep the State's operating costs under control, that investments in services of social interest be made and managed by private companies contracted by the public administration. Public-private partnerships (PPPs) provide concessions in which it is possible to use public resources to guarantee the profitability of PPPs in which the collection of tariffs from users alone may not be financially viable.

In Brazil, the long-term corporate credit market, despite having grown rapidly in recent years, is still in consolidation. Its capacity to finance a significant increase in long-term investments is still questionable. Therefore, new mechanisms of credit targeting and guarantees, associated with the objectives of a competitiveness policy, need to be created.

Proposal: In order to direct financing for the new investment program, a guarantee fund capitalized by the Treasury should be created. Its capitalization would be made primarily through the contribution of Treasury bonds in the Central Bank portfolio, today equivalent to approximately 20% of GDP, and with resources from the amortizations of loans granted by the Treasury to the BNDES. The fund would operate exclusively in the granting of guarantees, purchase of subordinated credits, and minority shareholdings. Its performance would aim at leveraging resources from the financial market for the public investment projects of the socio-economic development and environmental sustainability program.

The guarantees are important to enable investments by subnational entities, states and municipalities, for which credit risk can make access to the financial market unfeasible. Treasury bonds have no credit risk because the country has fiduciary currency. They need to be used as guarantees for the investment projects of the states and municipalities. Within the national investment program, specific decisions on regional investments should be relatively decentralized, but can only be made possible with the guarantees of Treasury bonds.

MONETARY POLICY

Monetary policy today is mainly interest rate policy. The basic rate on bank reserves is the Central Bank's main instrument. The Central Bank should reference the entire yield curve of the interest rate, i.e. the rates for the different maturities of the public debt, as the Bank of Japan has recently done. By doing this, the market will stop dictating the rates for the longer maturities and will instead start determining the average term of the debt. The term of the debt is irrelevant, since the Central Bank that issues a fiduciary currency has no problem rolling over the debt. The yield curve of debt rates, on the other hand, is an important indicator of the whole structure of interest rates and the cost of credit in the economy. Its control gives the Central Bank a much more powerful instrument than the basic interest rate on overnight reserves.

Proposal: The control of the yield curve of debt rates should be complemented with macroeconomic and sectoral control of credit. "Macroprudential" control of credit aims to avoid the bubbles of speculative euphoria followed by financial crashes that characterize systems of uncontrolled credit delegation to the financial system. Sectoral targeting can stimulate specific sectors and avoid inflationary bottlenecks, without compromising capillarity and good credit risk assessment, which should always be the responsibility of the private financial system.

The average interest rate on the debt must be lower than the nominal GDP growth rate, guaranteeing that if there is no pri-

mary fiscal deficit, the debt-to-GDP ratio will stabilize. With effective control of the yield curve of debt rates, the Central Bank should ensure and announce that, in the medium and long term, the cost of the debt will not be higher than the GDP's growth rate. This does not prevent it from fixing short-term rates, when necessary, to stabilize the economy, at levels above or below the expected potential GDP growth.

FISCAL POLICY

Macroeconomic policies, both monetary and fiscal, are not independent and must be coordinated. Fiscal policy should be guided by a strategy of investment coordination with long-term objectives aimed at ensuring sustainable growth and social inclusion. The quality of spending and its subordination to a development strategy is the true meaning of the expression “fiscal responsibility”.

Proposal: Associate fiscal policy to a strategy of competitiveness and development. Administer it based on capital and costing budgets, with distinct rules, priorities and limits, not according to corporate or electoral interests, but objectively defined.

TAX REFORM

A tax reform articulated to a development strategy should have three guiding principles: simplification, equity and stimulus to productivity. The consensus, for more than two decades, on the need for a reform that simplifies and makes the Brazilian tax structure less regressive requires an explanation as to why it has never been implemented.

Tax issues are indeed complex and always involve conflicting interests. Consolidation of indirect taxes into a VAT, by replacing taxation at source for taxation at destination, requires a reassessment of the distribution of revenues to compensate the states that would lose. It would also require, to avoid revenue loss, a high rate in international terms on industrialized products and a prohibitively high rate on services. The manufacturing industry today represents only 10% of GDP and accounts for almost 30% of tax collection. Correcting this distortion is fundamental for the competitive revitalization of the industry.

It is the current State expenditures that need to be rationalized and submitted to a permanent reevaluation. A linear limit to total spending, such as the constitutional spending cap, is counterproductive. It does not prevent the swelling of the government, nor is it able to contain legal contracted expenses. The result is a stranglehold on discretionary spending and investment, which has fallen to less than 2% of GDP since the imposition of the constitutional spending cap. Reduced to a level of mere replacement of infrastructure depreciation, the quality of investment has receded with the lack of planning and the

adoption of the “rapporteur-designated budgetary grants” as a way to finance public works. Adopted to guarantee the balance of public accounts, the spending cap was not able to reverse the high current expenses and the patrimonialism of the State’s occupants in its three spheres, but it provoked the strangulation and deterioration of the quality of investment.

Investments aimed at productivity gains, within a long-term strategic program, should have their own fiscal treatment, independent of the restrictions imposed on the State’s current spending. The exclusion from the current budget does not exempt the investments from a technical cost-benefit evaluation, from the requirement of performance counterparts and from a rigorous supervision of their implementation and execution.

Proposal: Accept a transitory loss of revenue, within a rigorous program of simplification and rationalization of the tax system, instituting a clear separation between current spending and investment. The medium and long term gains will come in the form of growth and productivity and should more than compensate for the loss of tax collection in the short term. The obsession with the short-term fiscal balance, regardless of the circumstances and at any cost, is a mistake that has made true tax reform unfeasible. The function of taxes is essentially microeconomic and allocative. In addition to financing current expenditures and the State’s social transfers, taxes play the role of encouraging and discouraging specific activities and sectors.

JOB SECURITY AND PROFESSIONAL RE-EDUCATION

The advances in technology and digital platforms are irreversible and cannot be stopped without serious repercussions for the economy's productivity and competitiveness. They have, however, expressive negative impacts, with job reduction and precarious jobs, already clearly perceptible and which will only tend to worsen. The State's agenda must contemplate these impacts and manage the effects of this process of creative destruction, which is now in full development. The guarantee of employment and recurrent professional training, not only income transfers and social welfare services, must be at the forefront of the compensatory policies of the 21st century.

Proposal: Create a job security program that ensures employment, not guaranteed jobs, as an alternative to unemployment insurance and complementary to minimum income. Introduced on a gradual experimental basis in partnership with the private sector, companies and employers' associations, with the goal of providing work and vocational training for all. Funded with public funds as a welfare and social education policy whose returns in terms of less psychological disturbances and family dissolution, reduction of juvenile delinquency and crime, are unquestionable.

Both must be explicitly articulated to competitiveness and innovation policies: the issue of job security must be informed by

the priorities of the investment strategy. The same should be done in relation to professional training and education, which has to take into account ongoing investment, competitiveness and innovation policies.

The job security program additionally functions as a countercyclical stabilizer of employment and income.

ORGANIZATIONAL RESTRUCTURING OF THE PUBLIC SECTOR

A competent State is a condition for resuming development. An organizational restructuring of the State, without losing the focus on efficiency and cost reduction, must pay attention to the valuation of public servants, through mobility between careers, the requirement of periodic training and recurrent evaluations. A true administrative reform is not only about cutting costs and staff. A permanent effort of reevaluation and simplification of processes must be made considering the viability of a zero-based budget for the Annual Budget Law over the next few years.

Proposal: This process of reorganizing and rationalizing the State should start from two fundamental pillars: a) the creation of a single digital identity, and b) the creation of a Central Bank digital currency with remunerated deposits.

CREATION OF A SINGLE DIGITAL IDENTITY

Technology has made possible a relatively simple initiative to reduce red tape, to make it easier for individuals and companies both to fulfill their obligations and to access public services. Bureaucratic procedures done online, through the Internet, are much more efficient and cost infinitely less. According to the IDB, digital procedures in Latin America today are on average 74% faster and cost less than one-twentieth as much as in-person procedures. In Brazil, the digitalization effort is relatively advanced. A large part of the procedures can be started online, but a significant number of them still require in-person attendance. Bureaucratic requirements and the need for personal contact have been created to ensure identification and avoid fraud.

The single digital identification, which consolidates all public files of identity documents - birth certificates, CPF (similar to a social security number), CNPJ (company register), voter id, passports, etc. - is the initiative that simplifies the relationship of citizens and companies with the State and enables a broad process of reduction of red tape. It is the single digital identity that allows data to be connected and processed on a public platform that becomes the backbone of the digital economy.

From the national digital identity platform, new stages of integrated digital services are created. The digital signature makes it possible to issue documents and replaces notaries in con-

tracts and property transfers. The goal is to simplify and speed up the relationship with the State, reducing both the “cost of doing business” for companies and the time spent and increasing citizen satisfaction. At the same time, the State’s operating cost is significantly reduced.

The public digital platform allows the adoption of a collection system with tax debits and credits in real time, with enormous simplification and reduction of time spent by companies with tax compliance, currently estimated by the World Bank at almost 1500 hours per year. In addition to the rationalization and simplification, the system of tax credits and debits in real time, significantly reduces tax evasion and corruption.

This public digital platform should be associated with the creation of a central bank digital currency and the expansion of real-time taxation.

CREATION OF A CENTRAL BANK DIGITAL CURRENCY WITH REMUNERATED DEPOSITS

The creation of a Central Bank digital currency (CBDC), whose studies are already advanced in the Brazilian Central Bank, would bring significant gains in agility and efficiency in the conduct of monetary and fiscal policies. It would also allow the administrative rationalization of both tax collection and transfers of welfare and social security income. It would also increase the agility and competitiveness of the financial system and, by extension, social inclusion.

Although it is understandably resisted by the banking system because it significantly reduces its role in the payment system, the CBDC is a technological advance that has great advantages and virtually no disadvantages.

The digital currency could have centralized settlement and custody, which would be an extension of the current PIX system, or it could adopt a semi-decentralized system, based on Distributed Ledger Technology, DLT, such as Blockchain, with the Central Bank as manager. The CBDC speeds up and drastically reduces the costs of the payment system, opening space for policies with high social impact, like the M-Pesa experience in Kenya. For this reason, the Brazilian CBDC should be introduced as a social right. Paper money, until its eventual extinction, would be reduced to notes and coins

of small value, which makes tax evasion and criminal activities more difficult.

Today, the Central Bank's main policy instrument is the basic interest rate, the rate of bank reserves at the Central Bank. This is the rate used by the Central Bank to withdraw or lend reserves to the banking system through operations of purchase and sale of government bonds, the so-called "repo" operations, because they involve purchase with a commitment to resell, or vice-versa, of Treasury bonds. To execute these operations, given that today the Central Bank acts mainly as a reserve taker, that is, withdrawing money from circulation, it is necessary to have Treasury bonds in its portfolio, today in excess of 20% of GDP. The system could be replaced with ample advantages by the adoption, already approved by law, of voluntary bank deposits remunerated at the basic rate at the Central Bank. The permission for non-banking institutions and eventually individuals to have access to the remunerated deposits in the Central Bank should be studied carefully, but the adoption of the system for commercial banks, in substitution of repo operations, has no reason to be postponed.

The public securities in the Central Bank's portfolio, relieved of their function of serving as backing for the repo operations, could be used, as suggested above, to capitalize the new public and private investment fund. There would thus be no increase in the gross debt of the Treasury for the capitalization of the investment fund.

CONCLUSION

The proposals presented here are evidently not exhaustive, but merely guidelines for overcoming the trap imposed by the fiscalist neoliberalism of recent decades, without falling into the temptation of the anachronistic protectionist developmentalism of the 20th century. They are elements for a sustainable and socially inclusive development strategy, as well as for the country's international agenda, facing the reality of the 21st century.

CONSELHO CURADOR | BOARD OF TRUSTEES

Presidente do Conselho Curador
| Chairman

José Pio Borges

Presidente De Honra
| Honorary Chairman

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes
| Vice-Chairmen

José Alfredo Graça Lima
Jorge Marques de Toledo Camargo

Fundadores
| Founders

Carlos Mariani Bittencourt
Celso Lafer
Daniel Klabin
Gelson Fonseca Jr.
João Clemente Baena Soares
Marcus Vinicius Pratini de Moraes
Maria do Carmo (Kati) Nabuco de Almeida Braga
Roberto Teixeira da Costa
Eliezer Batista da Silva

(in memoriam)

Luciano Martins de Almeida

(in memoriam)

Luiz Felipe Palmeira Lampreia

(in memoriam)

Luiz Olavo Baptista

(in memoriam)

Sebastião do Rego Barros

(in memoriam)

Walther Moreira Salles

(in memoriam)

Vice-Presidentes Eméritos
| Vice-Chairmen Emeriti

Daniel Klabin
José Botafogo Gonçalves
Luiz Augusto de Castro Neves
Rafael Benke

Conselheiros Eméritos
| Trustees Emeriti

Izabella Teixeira
Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Luiz Fernando Furlan
Marcos Azambuja
Pedro Malan
Rubens Ricupero
Winston Fritsch

Conselheiros
| Trustees

Ana Toni
André Lara Resende
André Clark
Armando Mariante
Arminio Fraga
Cláudio Frischtak
Clarissa Lins
Demétrio Magnoli
Edmar Bacha
Francisco Müssnich
Henrique Rzezinski
Ilona Szabó
Izabella Teixeira
Joaquim Falcão
José Aldo Rebelo
José Luiz Alquéres
Luiz Ildelfonso Simões Lopes
Marcos Galvão
Paulo Hartung
Pedro Henrique Mariani
Renato Galvão Flôres Júnior
Roberto Abdenuer
Roberto Jaguaribe
Ronaldo Veirano
Sergio Amaral
Tomas Zinner
Vitor Hallack

ASSOCIADOS | MEMBERS

Aegea
Alterra
BAMIN
Banco Bocom BBM
BASF
BAT Brasil
Bayer
BMA Advogados
BRF
Bristow
Brookfield Brasil
CCCC /Concremat
Netherlands Consulate-General
in Rio de Janeiro
Ireland Consulate-General in
São Paulo
México Consulate General in Rio
de Janeiro
Royal Norwegian Consulate
General in Rio de Janeiro
CTG Brasil
Dynamo
EDP
Eletrobras
Embassy of China in Brasil
Embraer
ENEVA
ENGIE Brasil
Equinor
ExxonMobil
FCC S.A
Furnas
Galp
Grupo Lorentzen
Grupo Ultra
Haitong
Huawei
IBÁ
IBRAM
Icatu Seguros
Instituto Clima e Sociedade
Itaú Unibanco
Klabin
Lazard
Light
Machado Meyer
Mattos Filho Advogados
Microsoft
Neoenergia
Paper Excellence
PATRI
Petrobras
Pinheiro Neto Advogados
Promon Engenharia
Prumo Logística
Repsol Sinopec
Sanofi
Santander
Shell
Siemens
Siemens Energy
SPIC Brasil
State Grid
Suzano
Total E&P in Brazil
Unilever
Vale
Veirano Advogados
Vinci Partners

EQUIPE | TEAM

DIRETORIA

| EXECUTIVE BOARD

Diretora-Presidente

| CEO

Julia Dias Leite

Diretora de Relações Externas

| Director of External Affairs

Carla Duarte

Diretora de Projetos

| Director of Projects

Luciana Gama Muniz

Diretor Acadêmico

| Academic Director

Feliciano Sá Guimarães

PROJETOS

| PROJECTS

Diretora Adjunta de Projetos

| Deputy Director of Projects

Ana Paula Marotte

Diretora Adjunta de Projetos

| Deputy Director of Projects

Marianna Albuquerque

Diretora Adjunta de Captação de Projetos

| Deputy Director of Fundraising

Maria Eduarda Marques

Coordenadoras de Projetos

| Project Coordinator

Léa Reichert

Paulo Robilloti

Barbara Brant

Analistas de Projetos

| Project Analyst

Thais Jesinski Batista

Eduardo Neiva Souza

Larissa Vejarano

Estagiária

| Intern

Paula Frony

RELAÇÕES EXTERNAS

| EXTERNAL AFFAIRS

Gerente de Relações Institucionais

| Institutional Relations Manager

Fernanda Araripe

Coordenadora de Parcerias

| Partnership Coordinator

Cintia Reschke Borba Hoskinson

Coordenador de Relações Institucionais

| Institutional Relations Coordinator

Fernando Mattos

EQUIPE | TEAM

Coordenador de Projetos Especiais

| Special Projects Coordinator

Caio Vidal

Analista de Projetos Especiais

| Special Projects Analyst

Lucas Bilheiro

Analista de Relações Institucionais

| Institutional Relations Analyst

Bruno Garcia

Assistente de Parcerias

| Partnership Assistant

Beatriz Pfeifer

Estagiário

| Intern

Heron Fiório

COMUNICAÇÃO E EVENTOS

| COMMUNICATIONS AND EVENTS

Diretora Adjunta de Relações Externas

| Deputy Director of External Relations

Betina Moura

Gerente de Eventos

| Events Manager

Nana Villa Verde

Analista de Eventos

| Events Analyst

Adriano Andrade

Analista de TI

| IT Analyst

Eduardo Pich

Assistente de Eventos

| Events Assistant

Isabella Ávila

Assistente de Comunicação

| Communications Assistant

Daniele Thomaselli

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

| ADMINISTRATIVE AND FINANCIAL

Gerente Administrativa-Financeira

| Administrative-Financial Manager

Fernanda Sancier

Analista Administrativo

| Administrative Officer

Kelly Lima

FICHA TÉCNICA | CREDITS

Tradução

| Translation

Leslie Sasson Cohen

Revisão de texto

| Editing

Wilma R. d' Oliveira Kroff

Projeto Gráfico

| Graphic Design

[Marijaguar Studio]

Mariana Jaguaribe L. Resende

Assistente Design

| Design Assistant

Heloisa Sato

Copyright © 2022

© CEBRI | Centro Brasileiro de Relações Internacionais

<https://www.cebri.org/>

Todos os direitos reservados.

cebri.org.br | cebri@cebri.org.br**LinkedIn** CEBRI | **Facebook** /cebrionline | **Twitter** @cebrionline**Instagram** @cebrionline | **Youtube** /CEBRionline

R. Marquês de São Vicente, 336 | Gávea | Rio de Janeiro | RJ | 22451-044 | +55 (21) 2206-4400

PENSAR
THINKING
DIALOGAR
DIALOGUING
DISSEMINAR
DISSEMINATING
INFLUENCIAR
INFLUENCING

#2 THINK TANK BRASIL | BRAZIL
#2 THINK TANK AMÉRICA LATINA | LATIN AMERICA

SOBRE O CEBRI

O CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS É O THINK TANK REFERÊNCIA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL, O SEGUNDO DA AMÉRICA DO SUL E CENTRAL. É UMA INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, APARTIDÁRIA E INDEPENDENTE QUE HÁ 24 ANOS SE DEDICA À PROMOÇÃO DO DEBATE PLURAL E PROPOSITIVO SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA. ESTÁ ESTRUTURADO A PARTIR DE 14 NÚCLEOS TEMÁTICOS, VOLTADOS A CONTRIBUIR PARA A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO PAÍS E À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM ESTE OBJETIVO. COM MAIS DE 100 ASSOCIADOS DOS MAIS RELEVANTES SEGMENTOS, A REDE DO CEBRI REÚNE E MOBILIZA ESPECIALISTAS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO E LINHAS DE PENSAMENTO DIVERSAS, ALÉM DE ORGANIZAÇÕES EM TODO O MUNDO.

ABOUT CEBRI

THE BRAZILIAN CENTER FOR INTERNATIONAL RELATIONS (CEBRI) IS THE REFERENCE THINK TANK FOR FOREIGN AFFAIRS IN BRAZIL AND THE SECOND BEST THINK TANK IN SOUTH AND CENTRAL AMERICA. AN INDEPENDENT, NON-PARTISAN AND NON-PROFIT INSTITUTION, FOR 24 YEARS CEBRI HAS BEEN PROMOTING A PLURAL AND PROPOSAL-ORIENTED DEBATE ABOUT BRAZIL'S FOREIGN POLICY. IT IS STRUCTURED AROUND FOURTEEN THEMATIC PROGRAMS THAT CREATE POSITIVE CONTRIBUTIONS AND RECOMMENDATIONS FOR POLICY MAKING AND THE COUNTRY'S INTERNATIONAL AGENDA. CEBRI'S DIVERSE NETWORK COMPRISES MORE THAN 100 MEMBERS FROM A BROAD RANGE OF SECTORS, AND GATHERS SPECIALISTS FROM VARIOUS FIELDS OF EXPERTISE AND THOUGHT, AS WELL AS PARTNER INSTITUTIONS FROM AROUND THE WORLD.

“

É preciso ter claro que não existe sociedade organizada, economia de mercado capitalista sem Estado. A economia e a sociedade refletem o Estado, assim como o Estado é a expressão da sociedade. O Estado perdulário e incompetente desorganiza a economia, mas a solução não é asfixiá-lo, pois asfixiar o Estado é asfixiar a economia. O objetivo e o desafio é tornar o Estado eficiente, a sua governança democrática e competente.

”

“It must be clear that there is no organized society, no capitalist market economy without the State. The economy and society reflect the State, just as the State is the expression of society. The wasteful and incompetent State disorganizes the economy, but the solution is not to asphyxiate it, because to asphyxiate the State is to asphyxiate the economy. The objective and the challenge is to make the state efficient, and its governance democratic and competent.”